

MONSARAZ: de proprietários da sombra a proprietários do “mar”.

António BORGES ABEL, Doutor Arquitecto, Prof. Auxiliar do Departamento de Arquitectura da Universidade de Évora, aborgesabel@gmail.com

“Com tal arte foi construída Andria, que todas as suas ruas correm seguindo a órbita e os edifícios e os lugares da vida em comum repetem a ordem das constelações e a posição dos astros mais luminosos: Antares, Alpheratz, Capela, as Cefeidas. O calendário da cidade está regulado de maneira que as obras e as lojas e as cerimónias estão dispostos num mapa que corresponde ao firmamento nessa data: assim reflectem-se os dias na terra e as noites no céu...

Do carácter dos habitantes de Andria merecem ser recordadas duas virtudes: a segurança em si mesmos e a prudência. Convencidos de que todas as mudanças na cidade têm influência sobre o desenho dos céus, antes de qualquer decisão calculam os riscos e as vantagens para eles e para o conjunto da cidade e dos mundos.” (CALVINO, 2002: 152).

No seu caminho de ser antropomórfico a ser humano, gradualmente o homem foi tomando consciência de si, enquanto habitante do mundo, e do mundo, enquanto sua morada.

Esta dupla condição de habitante do mundo e de ser no mundo terá como corolário a própria interrogação sobre os limites do mundo e a relação que este mundo estabelece com o universo e, enfatizando esta relação, como o apreende e dele faz coisa sua, transpondo para o nível terreno a ordem que o referido universo aparenta ter.

“O que caracteriza as sociedades tradicionais é a oposição que elas subentendem entre o seu território habitado e o espaço desconhecido e indeterminado que o cerca: o primeiro é o “mundo” (mais precisamente: “o nosso mundo”), o Cosmos; o resto já não é um Cosmos, mas uma espécie de outro mundo...” (ELIADE, 2002: 43).

Esta transposição, se não é possível de forma literal, encontra no plano simbólico o instrumento que permite ao homem, através dos sinais (signos) construídos, necessariamente codificados e, como tal, passíveis de leitura pelos detentores do “descodificador” (significantes), referenciar-se no território que habita, i.e., que constrói. Construir e habitar estarão em comunicação “directa” com o Cosmos,

instituído-se simbolicamente nesse mesmo Cosmos “humanizado”.

Transformar o território anódino num complexo construído, referenciado e referenciável, porque habitado e habitável, devolve ao ser humano essa sua condição de produtor de arquitectura, esta entendida no sentido da *poesis* aristotélica (MUNTAÑOLA, 1981) e assim se cumpre a terceira condição da trilogia heideggeriana: construir, habitar pensar.

Mas, se o Cosmos é a harmonia, a ordem, ele só é reconhecido como tal pelo ser humano por oposição dialéctica com o Caos, a desordem, o irracional, a natureza. Será, deste modo, o ser humano um habitante de fronteira, um ser fronteiro: a fronteira que existe entre a ordem cósmica e a desordem caótica terrena, e se “construir” e “habitar”¹ um lugar não o transforma de imediato num *locus*, é na possibilidade que aqueles dois actos abrem a que apareça o “pensar” que o *topos* dá lugar ao *locus*.

A razão não será assim o impulsionador inicial, antes uma consequência, mas é através dela que a consciência de si e do outro dá sentido (racionaliza) o “meu” mundo e o mundo do “outro”, abrindo caminho à noção de fronteira no plano “horizontal”, à semelhança da fronteira “vertical” antes referida, e abrindo, também, caminho à arquitectura, quer enquanto modo de cumprir a razão do lugar (MUNTAÑOLA, 2000: 17–20), quer pela sua condição de arte limítrofe, dado o seu carácter figurativo-simbólico (TRÍAS, 1991: 36).

O ser humano, nessa sua condição de ser duplamente fronteiro, irá pois balizar o seu mundo por oposição ao Caos: impondo-se fronteiras horizontais, “construíveis”, e estabelecendo fronteiras verticais marcando a sua presença nesse plano. O cromeleque e o menhir² serão, deste modo, os arquétipos da arquitectura pelo seu simbolismo: o primeiro porque transposição da ordem cósmica para o mundo dos homens³ e porque limite físico-figurativo do dentro e do fora, do “meu mundo” e o “outro mundo”, o segundo porque elemento de ligação entre o mundo ordenado superior e o mundo desordenado terreno ou, melhor, porque elo entre a luz e as trevas. O homem manifestará, pois, através da arte simbólica – a arquitectura – essa sua condição de habitante de fronteira, estabelecendo os limites entre o Cosmos e o Caos.

1 Que, afinal, na antiga língua alemã se fundiam numa só palavra: “*buan*” (vd. “Construir, habitar, pensar”, Martin Heidegger).

2 Aqueles que vêm no menhir uma manifestação puramente escultórica – não há interior habitável, são-lhe atribuídos significados fálicos ou de fertilização simbólica do solo, têm insculpidos na sua superfície visível ícones, etc – contrapomos a sua função de signo territorial, sinal racional na natureza irracional, o que é, claramente, um acto de arquitectura, entendida esta na sua pluri-dimensão de organização do espaço (TÁVORA, 1999).

3 As sincronias axiais entre os movimentos solar e lunar, a forma elíptica, a relação entre o número de megalitos e os movimentos de rotação e translação do planeta, a regrada sucessão de “cheios” e “vazios” permitindo a “ligação/expansão” desse “universo”, são, simbolicamente, a transposição da ordem celeste para o seio dos homens, permitindo a estes viver em harmonia com aquela.

De limite entre aqueles dois “mundos”, a evolução para fronteira entre o “eu” e o “outro” manifestar-se-à sob a forma de muralhas ou cercas que, porque cerradas, enclausuram em vez de defenderem, reduzem as relações com o “outro” a momentos esporádicos e a espaços controlados extra-muros.

Cumprida a função cosmogónica de limite simbólico – no cromeleque, assim como no menhir -, e cumprida a função defensiva, de guardiã de fronteiras traçadas administrativamente – na cerca e nas fortificações -, manter-se-ão os signos que marcavam aquelas funções: uns estruturas fantasmagóricas dispersas pela planície, outra qual nau alcandorada no cômodo da elevação dominante, agora “casulo” preso a recordações de um passado glorioso, tornando-se a vivência nesse “cosmos” numa vivência claustrofóbica e ensemismada, ansiosa por partir, ansiosa por alargar os seus limites, afinal cumprindo o destino do ser fronteiriço – o alargamento perpétuo desse *círculo* -, engrossando os números da diáspora mas, ao mesmo tempo, deixando para trás um “cosmos” vazio, cujos guardiães vão envelhecendo com as pedras da cerca/prisão, à espera que o novo “mar” lhes devolva a glória de outrora.

Neste contexto, o olhar sobre a região objecto do Workshop, “... *da fábrica que falece...* (a Monsaraz)”, amplia-se e, de um mero olhar arqueológico, adquire a dimensão de um olhar arquitectónico, nessa condição de “arquitecturas” que se vão sobrepondo num território, “arquitectando-o”. Mas, porque o processo de transformação (a arquitectura) tem a responsabilidade disciplinar de “projectar”, i.e., apontar futuros possíveis, necessariamente imaginados e sadiamente utópicos,⁴ os resultados traduziram-se por propostas utópicas, já não para a vila de Monsaraz mas sim para esta e o seu novíssimo “mar”, incentivando-a, metaforicamente, a que “sulque” as suas águas, propondo-lhe uma nova diáspora, esta de carácter simbólico, onde o partir e o regressar se fundissem num único acto de comunicar mundos, num processo contínuo de trocas, à semelhança das antigas portas das vilas, locais de contacto entre o Cosmos e o Caos, onde o hibridismo entre mundos diversos tinha lugar contagiando-se estes mutuamente.

“... no Alentejo a água 'joga um papel imaginário como presença ausente, sob a forma da analogia poética que suporta a construção de alegorias, metáforas e símbolos”. (Jorge Cruz Pinto, conferência na Caldas da Rainha, Outubro 2002).

⁴ Entenda-se, aqui, por utopia não o “lugar que não existe” mas, antes, com o significado de objectivo ideal sucessivamente imaginado assim que alcançado o patamar anteriormente fixado.

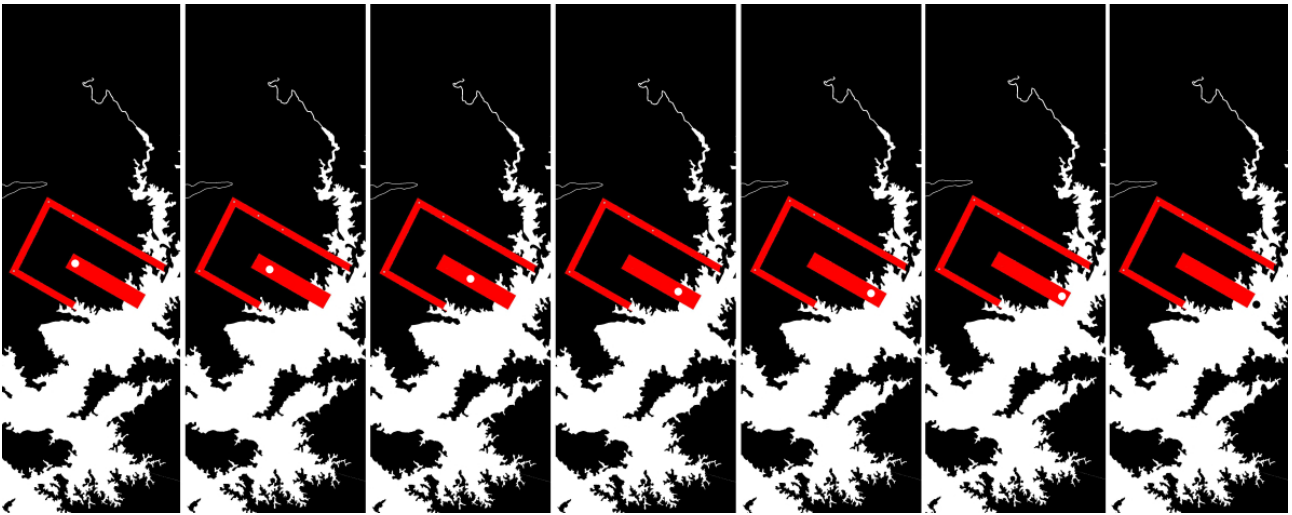


Figura n.º 1, Catarina BORGES ABEL, arquitecta, “Proposta para circuito aquático e/ou pedestre à rede de locais arqueológicos e para Monsaraz iniciar a sua “viagem marítima” através do “novo mar” (Alqueva)”, Julho de 2008, FAUTL.



Figura n.º 2, Margarida GAIA, designer, “... e Monsaraz perdeu-se na bruma”, s/d, arquivo da autora.

BIBLIOGRAFIA

- CALVINO**, Italo (2002), *As cidades invisíveis* (título original *Le città invisibili*, Palomar, 1990), Editorial Teorema, Lisboa.
- ELIADE**, Mircea (2002), *O Sagrado e o Profano-A Essência das Religiões*, (título original *Das Heilige und das Profane*, s/d), Edição Livros do Brasil, Lisboa.
- HEIDEGGER, Martin**, *Construir, habitar, pensar*, tradução de Eustaquio Barjau, Conferencias y artículos, SERBAL, Barcelona, 1994
(http://www.heideggeriana.com.ar/textos/construir_habitar_pensar.htm)
- MUÑOZ**, Jacobo e **MARTÍN**, Francisco José (2005), *La filosofía del límite. Debate con Eugenio Trías*, Editorial Biblioteca Nueva, Madrid.
- MUNTAÑOLA**, Josep (1981), *Poética y Arquitectura. Una lectura de la arquitectura posmoderna*, Editorial Anagrama, Barcelona.
- MUNTAÑOLA**, Josep (2000), *Topogénesis. Fundamentos de una nueva arquitectura*, Ediciones UPC, Barcelona.
- TÁVORA**, Fernando (1999, 1ª ed. 1962), *Da organização do espaço*, 4ª edição, FAUP Publicações, Porto.
- SHARR**, Adam (2008), *La cabaña de Heidegger. Un espacio para pensar*, (título original *Heidegger's hut*, MIT Press, Cambridge/Londres, 2006) Editorial Gustavo Gili, Barcelona.
- TRÍAS**, Eugenio (1991), *Lógica del Límite*, Ediciones Destino, Barcelona.
- TRÍAS**, Eugenio (2000, 1ª ed. 1985), *Los límites del mundo*, Ediciones Destino, Barcelona.